

## *Troika, Austeridade, Crise: modalização linguística em artigos de opinião e cartoons na imprensa escrita portuguesa*

**DUARTE,  
ISABEL MARGARIDA**  
iduarte@letras.up.pt

Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Investigadora e membro dos Conselhos Diretivo e Científico do Centro de Linguística da Universidade do Porto

**PINTO,  
ALEXANDRA GUEDES**  
mapinto@letras.up.pt

Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal  
Investigadora e membro do Conselho Científico do Centro de Linguística da Universidade do Porto, Portugal

**PALAVRAS-CHAVE:**  
modalização;  
verbos modais;  
ironia;  
humor;  
derrisão; operadores de  
envolvimento e de  
distanciação enunciativa.

**RESUMO:** Neste trabalho, efetuado sobre dois corpora de artigos de opinião e de cartoons da imprensa escrita portuguesa em torno dos conceitos de *troika*, *austeridade* e *crise*, estudámos aspetos da modalização linguística visíveis nas ocorrências dos verbos modais *poder*, *dever* e *parecer* e em mecanismos como a ironia, o humor e a derrisão, quando estes se configuram como operadores de envolvimento e de distanciação enunciativa, por parte do sujeito enunciador, relativamente aos estados de coisas que captura e critica.

**KEYWORDS:**  
modalization;  
modal verbs;  
irony;  
humor;  
derision;  
operators of enunciative  
involvement and  
detachment.

**ABSTRACT:** In this work, carried out on two corpora of opinion articles and cartoons from Portuguese press around the concepts of *troika*, *austerity* and *crisis*, we studied aspects of linguistic modality visible in occurrences of the modal verbs *poder*, *dever* e *parecer* and mechanisms such as irony, humor and derision, when they are configured as operators of enunciative involvement and detachment by the enunciator in relation to the states of affairs that he captures and criticizes.

## INTRODUÇÃO

O trabalho conjunto aqui compilado teve início numa reflexão anterior<sup>1</sup> (Pinto & Duarte, 2013), que visou caracterizar a forma como, à data, a *troika* surgiu espelhada no discurso dos media portugueses. Para esse efeito foram constituídos dois corpora: um deles, composto por um conjunto de 30 artigos de opinião recolhidos de vários meios de referência da imprensa escrita nacional, entre os quais o jornal *Expresso*, a revista *Visão*, o *Jornal de Negócios*, entre maio e setembro de 2012; o outro, composto por *cartoons* e crónicas humorísticas da imprensa escrita, recolhido num intervalo temporal mais extenso, decorrente da necessidade de constituir *corpus* relevante para o efeito.

Na altura, demos conta do facto de que a estrutura argumental de um dado predicador e os papéis semânticos que ele atribui aos seus argumentos têm consequências na configuração semântico-pragmática de um dado estado de coisas sendo que pudemos constatar um movimento global de humanização da entidade *a troika* e de recorte do seu perfil como entidade [+ DINÂMICA], [+ CONTROLADORA], [+ AFETADORA], funcionamento que se revelou idêntico nos textos de opinião e nos textos humorísticos.

O manuseamento dos corpora recolhidos conduziu-nos, entretanto, à constatação de outras regularidades enunciativo-pragmáticas, tais como o funcionamento dos verbos modais e da ironia, do humor e da derrisão como operadores de envolvimento e de distanciação enunciativa, tema que constitui o objeto do presente trabalho.

### 1. OS VERBOS MODAIS PARECER, PODER E DEVER NOS ARTIGOS DE OPINIÃO DE IMPRENSA ESCRITA

É sabido que o discurso de opinião de imprensa escrita se constrói sempre num difícil equilíbrio entre o reforço e a atenuação argumentativos. O estudo que fizemos sobre o comportamento de alguns modais em construções verbais neste tipo de discurso demonstra como o enunciador procede a um constante balanceamento entre, por um lado, uma modalidade epistémica de certeza a par com uma modalidade deontica<sup>2</sup>, que revelam o seu total comprometimento face ao dito e efetuam uma “solicitação de consenso” (Parret, 1988, 76) e um

1. Esta reflexão prévia foi apresentada no Congresso CICOM: *II Congresso Internacional de Comunicação, Cognição e Media – Discurso Político e Económico*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia de Braga, Outubro 2012.

2. Esta modalidade deontica é instauradora de uma obrigação e logo de uma relação intersujeitos entre um sujeito deontico “Sd”, fonte da obrigação, e um segundo sujeito que é o alvo da obrigação (Campos, 1998).

3. Neves (2006: 152) põe em dúvida a possibilidade de existirem enunciados não-modalizados ao afirmar que, “se a modalidade é, essencialmente, um conjunto de relações entre o locutor, o enunciado e a realidade objetiva, é cabível propor que não existam enunciados não-modalizados”. A autora diz, ainda, que, do ponto de vista comunicativo-pragmático, a modalidade pode ser considerada uma categoria “automática”, já que não se concebe que o falante deixe de marcar de algum modo o seu enunciado em termos da verdade do facto expresso e de imprimir nele um certo grau de certeza sobre essa marca.

4. Vejam-se os conceitos de “subjectivèmes” e “relationèmes” de Kerbrat-Orecchioni (1980; 1992) ou ainda a forma como a autora propõe a inclusão de mecanismos propostos por Araújo Carreira (1997) tais como « la “proxémique verbale”, la régulation de la distance interlocutive par les formes d’adresse, les particules interlocutives, les règles de la politesse» no conceito de modalité d’orientation énonciative (Kerbrat-Orecchioni, 2013).

movimento de “captação” do interlocutor (Charaudeau & Maingueneau, 2004); e, por outro lado, uma modalidade epistémica de incerteza que encena um maior distanciamento face ao dito e permite ao enunciador granjear uma imagem de credibilidade e isenção junto do seu público-leitor. É este balanceamento que possibilita a conjugação dos dois principais eixos ilocutórios dos textos de opinião da imprensa escrita, a saber: a expressão de uma crítica social, tida como avalizada, e a intervenção sobre o universo de crenças e valores dos leitores (Fonseca, 1998).

Estudámos, no *corpus* recolhido, o comportamento semântico-pragmático de ocorrências modais dos verbos modais *parecer*, *dever* e *poder*, tendo concebido as construções em que estes surgem como marcas de modalização linguística, na medida em que elas permitem, segundo Koch (2002), demarcar a posição avaliativa do enunciador relativamente à mensagem e estabelecer uma interlocução mais ativa com o leitor, no sentido de o tentar convencer da validade da opinião expressa.

Entendemos que, tal como em qualquer interação verbal, o produtor de um texto de opinião, pelas escolhas linguísticas que faz, ao mesmo tempo que exprime um determinado conteúdo proposicional e se posiciona sobre ele, define o seu papel e o papel do seu interlocutor no jogo comunicativo que instaura<sup>3</sup>.

Assim, assumimos o conceito de modalização numa orientação predominantemente enunciativa, tomando como verdadeiro que a modalidade, numa tal conceção, engloba todas as manifestações da «subjetividade» no enunciado (Kerbrat-Orecchioni, 1980)<sup>4</sup>, pese embora o problema daí decorrente de que uma tal definição possa absorver todas as marcas diretas ou indiretas do sujeito no enunciado.

A hipótese de que a recorrência das estruturas com verbos modais seja característica (embora não exclusiva) do tipo de discurso “artigo de opinião de imprensa escrita” parece confirmar-se pela profusão destas estruturas no *corpus* estudado<sup>5</sup>.

Passando, deliberadamente e por escassez de tempo, por cima das discussões em torno do estatuto de modais dos verbos estudados - *parecer, poder e dever* – que não serão modais em todas as construções em que ocorrem, abordaremos aqui os principais valores semântico-pragmáticos e argumentativos destes verbos no *corpus* de artigos de opinião recolhido<sup>6</sup>.

### 1.1 O VERBO MODAL PARECER

Na maior parte das ocorrências observadas, este modalizador permite encenar uma estratégia de distanciamento enunciativo e de desresponsabilização por parte do enunciador sobre a verdade do dito. Nestes usos, está ao serviço da atenuação do discurso de opinião e também ao serviço da produção de atos ilocutórios de crítica e de censura mitigados.

Em certos usos, funciona também como uma forma de relato mais discreta (Duarte, 2013), que permite fazer aparecer o discurso do outro no discurso do enunciador. Este uso “mediativo” consegue concentrar duas dimensões: a dimensão da evocação das palavras do outro e a encenação de um distanciamento por parte do enunciador face a essas mesmas palavras, o que acaba por constituir uma estratégia de descredibilização do discurso do outro<sup>7</sup>.

Integra, assim, sequências dialógicas, em que o enunciador contrapõe a sua voz e a sua posição à voz e às posições de outros, normalmente para as desacreditar. Assume, portanto, um valor argumentativo na construção da tese do enunciador, sendo, neste sentido, uma marca do tipo de texto em análise. Considerem-se as seguintes ocorrências:

(1) Tudo vai bem, diz o primeiro-ministro, mesmo quando alguns ministros da coligação parecem não se entender nem ter uma estratégia única de ataque à crise...

(2) Por todas as razões, será muito difícil Pedro Passos Coelho tirar Miguel Relvas do Governo; mas ainda será mais difícil mantê-lo. Será muito difícil tirá-lo por tudo o que os une e o que o primeiro-ministro parece dever-lhe, inclusive na sua ascensão à liderança do PSD e à chefia do Executivo.

(3) E também na Europa parecemos andar todos perto do delírio, num gigantesco jogo de roleta-russa.

5. Bakhtin (2003) defende a recorrência de certas estruturas linguísticas de acordo com a intenção comunicativa e os contextos reais de uso que configuram os géneros discursivos.

6. Uma nota metodológica necessária é ainda a de que, nesta exposição, apenas apresentaremos algumas das ocorrências patentes no corpus total, de forma a ilustrar os valores encontrados.

7. Cf. a noção de *éffacement énonciatif* proposta por Vion, 2001.

8. Neste *dever* com valor deôntico concentramos o valor de obrigação que instaura uma “relação intersujeitos” (Campos, 1998) e o valor de expressão de “necessidade extrínseca” (Pontes, 1973).

## 1.2 O VERBO MODAL *DEVER*

Distinguiremos, no corpus estudado, os valores semânticos do *dever* deôntico<sup>8</sup> e do *dever* epistémico, apoiados nos estudos de Campos (1997; 1998) e de Pontes (1973), por nos parecer que estes dois valores são suficientes para a descrição das ocorrências detetadas.

### 1.2.1 O *DEVER* DEÔNTICO

O *dever*, no seu sentido deôntico, surge, neste tipo de texto, a enquadrar um discurso tipicamente autoritário e judicativo, numa modalidade deôntico-interlocutiva, no sentido de Corbari (2008), que interpela o leitor a aderir à posição defendida pelo enunciador, podendo mesmo chegar a vincular o interlocutor à execução de atos futuros, ganhando uma força ilocutória de ato diretivo (Searle, 1969). O *dever* deôntico suporta, assim, uma estratégia de credibilização discursiva e de autolegitimação argumentativa, reforçada, por vezes, pelo emprego de fraseologias que representam a voz do mundo, convocando um agente de validação discursiva autorizado (Berrendoner, 1981) para reforçar os julgamentos avançados (ver abaixo “*apanhar boleia*”, “*novos ventos*”, “*ganhar tempo*”, “*margem de manobra*”, “*mais papista que o Papa*”).

Este verbo encontra-se presente em sequências ilocutórias injuntivas com valor de recomendação e conselho ou então em sequências com valor de crítica. Funciona como marca de género, pois permite veicular a dimensão ilocutória diretiva de mobilização da opinião pública e de intervenção social que este tipo de textos assume:

(4) Passos Coelho devia apanhar boleia destes novos ventos que atravessam a União para ganhar tempo e margem de manobra. É preciso fazer alguma coisa para travar o desemprego e para sairmos do marasmo económico.

Entretanto, parece desenhar-se alguma especialização semântico-pragmática nas formas observadas, decorrente dos tempos verbais em que as mesmas ocorrem. Esta especialização poderia ser explicitada através das seguintes fórmulas:

(i) *dever* no presente do indicativo = atos de recomendação e exortação voltados para conteúdos proposicionais do presente-futuro;

(ii) *dever* no imperfeito do indicativo ou no condicional= atos de recomendação + atos de crítica e censura voltados para conteúdos proposicionais do passado (contrafactuais).<sup>9</sup>

### 1.2.1.1 O DEVER NO PRESENTE DO INDICATIVO

Nas ocorrências em que o *dever* de valor deontico surge no presente do indicativo, dois valores ilocutórios podem cruzar-se no enunciado, formando um complexo ilocutório. Nas palavras de Campos (1998, 170):

Ao constatar, o enunciador-locutor impõe. A obrigação marcada por DEVER, quando construída numa situação de enunciação, não pode dissociar-se da sua vertente assertiva. É a ambiguidade pragmática entre interpretação constativa e interpretação performativa, em que as duas interpretações são indissociáveis.

Os exemplos retirados do *corpus* podem evidenciar uma relação intersubjetiva clara entre os sujeitos enunciador e enunciatário ou dar expressão a princípios deonticos mais genéricos em que a voz do enunciador se confunde com a voz do mundo:

(5) Pelo contrário, a democracia permite, e até deve estimular, o uso, em inteira liberdade, desse poder - do mesmo passo impondo que quem governa o faça em benefício da comunidade, com visão, convicção, eficácia e parcimónia.

(6) Ora também nós, jornalistas, devemos ter consciência daquele poder (das palavras) e do poder da informação - mas ainda muito mais da sua responsabilidade.

Por vezes, as sequências em que o *dever* deontico no presente do indicativo ocorre funcionam como marcadores explícitos de introdução de discurso de opinião, uma espécie de “autolegitimadores” discursivos. Vejam-se os casos de:

9. Em qualquer um dos contextos acima referidos, mantém-se como válida a condição enunciada por Campos (1997) de que “Ao construir em T0 um juízo deontico sobre uma relação predicativa <r>, o sujeito da enunciação constrói <r> como válido numa situação de enunciação fictícia, isto é, válido num tempo fictício, por um enunciador fictício. Estes parâmetros fictícios definem um plano aorístico, em ruptura com o plano enunciativo.” (idem, 175). É ainda pertinente acrescentar que, apesar de, nestes usos do modal no imperfeito do indicativo ou no condicional, ganhar relevo o valor de crítica, a dimensão ilocutória de recomendação encontra-se igualmente presente.



(7) Mas, devo confessá-lo, mais ainda do que censurar os agentes económicos e mais a sua imoral racionalidade, apeteceu-me dizer à realidade, essa insuportável rameira, que tivesse tino, que não fosse calista, que se deixasse estar, posta em sossego, por uns mesitos que fosse.

(8) Mas não parece provável. Nem, devo dizer, necessário.<sup>10</sup>

10. Campos (1998, 183) atribui uma função de conector discursivo ao modal em ocorrências idênticas às que destacamos aqui, já que este permite introduzir uma informação que estabelece uma rutura na sequência discursiva.

11. Veja-se a explicação avançada por Fonseca, F.I. (1993, 170-174) para o bloqueamento do valor diretivo e consequente derivação ilocutória do valor de censura em ocorrências do Conjuntivo Independente tais como “(i) Corresse” “(ii) Tivesse corrido”, por força da não apresentação da perspetiva temporal de presente-futuro indispensável à configuração de um ato diretivo. Consideramos que nos enunciados do nosso corpus com *dever* deontico no imperfeito tem lugar uma derivação ilocutória idêntica que faz sobressair o valor de censura sobre o valor diretivo.

### 1.2.1.2 O DEVER NO IMPERFEITO DO INDICATIVO OU NO CONDICIONAL

Campos (1998) identifica um valor de mitigação em certos usos do *dever* deontico no imperfeito, decorrente da distância entre a situação de enunciação e uma situação fictícia, subjacente ao uso do imperfeito modal (idem, 186-187). Nas ocorrências do nosso *corpus* de textos de opinião, não registámos usos deste valor atenuador. Em contrapartida, registámos muitos usos do valor de censura nas sequências ilocutórias em que o verbo aparece. Este valor de censura advém do implícito ativado de que os estados de coisas sobre os quais se projeta a modalização já se efetivaram no passado, sendo alvo de um juízo avaliativo de reprovação<sup>11</sup>.

(9) Este Governo (...). Faz mais do que é preciso. E quando não faz, parece que sim, mostrando-se também, à sua maneira, mais papista que o Papa. É arrogante, perante quem não o devia ser.

(10) Já aqui escrevi, há semanas, que o PSD não devia colocar o secretário-geral dos socialistas em situação mais difícil do que aquela em que ele, por força das circunstâncias, se encontra.

(11) Existem muitos outros que nem sabem de que terrenos são ou não proprietários. E um Estado que é, ele próprio, o exemplo acabado do proprietário que não se recomenda. O problema não é de fácil resolução, mas alguma coisa podia e devia ser feita.

(12) Mas precisamente porque não é nada disto, a decisão do TC também não é razão para provocar um acantonamento estéril do Governo, muito menos deveria obrigar a reações a quente, desafios inflamados à oposição, ou ao anúncio apressado de medidas que, pelo simples facto de serem sugeridas, aprofundam o clima de depressão anímica dos portugueses.

Campos (1998) refere que o *dever* deontico no imperfeito ativa uma componente de contrafactualidade em associação com uma componente avaliativa, que resultam num “valor ‘intersujeitos’ de censura, ou de ‘autocensura’” (idem, 188) que confirmámos estar presente nos nossos exemplos.

Encontrámos ainda, nos textos de opinião analisados, o *dever* a configurar uma falsa modalidade deontica, subvertida por um uso irónico:

(13) Toda a gente devia ter o seu Miguel Relvas. Dá jeito em qualquer ocasião. Um estudante não sabe a resposta a uma pergunta e, para distrair o júri da oral, exhibe um Miguel Relvas. Um gato entra numa casa e, para entreter os cães, atira-lhes um Miguel Relvas. Uma mulher é apanhada...

(14) É um processo tão parecido com o Euromilhões que a Santa Casa devia ponderar a hipótese de processar a Grécia por plágio.

A ativação ilocutória da ironia está, também nestes exemplos acima, diretamente relacionada com a componente de contrafactualidade do imperfeito modal do *dever* deontico, bem como com o caráter absurdo e inverosímil dos estados de coisas recortados nas predicções.

### 1.2.2 O DEVER EPISTÉMICO

Independentemente dos valores suputativo (de probabilidade) ou de predição com que aparece, o *dever* epistémico é usado como mecanismo de reprodução do discurso do outro ou, simplesmente, como forma de distanciamento enunciativo, revelando, em qualquer dos casos, uma atenuação do grau de envolvimento do falante relativamente ao que diz.

Tal como afirma Duarte:

Du côté des formes de rapport plus discrètes (au sens de Moirand, 2007), la plus utilisée est le rapport d'informations modalisées par les verbes modaux *poder* (pouvoir) et *dever* (devoir), surtout par le premier (cf. Oliveira/Neves (2007)). (...) Dans le cas de ces deux verbes, sur une échelle épistémique, *dever* est plus du côté de la certitude que *poder* et donc moins utilisé, ce qui se comprend si l'on partage l'opinion selon laquelle les journalistes ne veulent le plus souvent pas se compromettre ni prendre en charge la véracité des informations qu'ils offrent aux lecteurs. (Duarte, 2013, 440-441)



A observação efetuada pela autora sobre a frequência relativa destes dois verbos no *corpus* de notícias é válida para o nosso *corpus* de artigos de opinião de imprensa escrita, em que foi possível observar mais ocorrências do modal epistémico *poder* do que do *dever*, facto a que não será alheia a localização dos dois verbos numa escala epistémica que vai da asserção estrita (positiva ou negativa) à assunção nula e que coloca o *poder* mais próximo do domínio do não certo e o *dever* mais próximo do domínio do certo. Assinalamos o caso do *dever* epistémico com o seguinte exemplo do nosso *corpus*:

(15) O beijo e os sorrisos de Merkel e Hollande marcaram os 50 anos da reconciliação franco-alemã. Uma efeméride que faz recordar o passado... E voltou a falar-se da necessidade da capitalização da banca europeia, esperando-se que haja um supervisor bancário, que deverá ser, talvez, o Banco Central Europeu.<sup>12</sup>

12. Tomando em consideração a diferenciação dos valores de suputação e predição dentro do valor epistémico proposta por Campos (1998), teríamos, na ocorrência assinalada, o valor de predição.

### 1.3 O VERBO MODAL PODER

Neste trabalho, focalizaremos as aceções do *poder* deontico e do *poder* epistémico, já que as mesmas se revelaram particularmente salientes no *corpus* analisado.

#### 1.3.1 O PODER DEONTICO

Verificámos, no *corpus*, uma especialização dos valores de acordo com os tempos verbais destes modais.

1.3.1.1 O *não poder* no presente do indicativo assume um valor semântico-pragmático muito próximo do *dever* deontico visto acima. Simula a enunciação de uma lei geral através do emprego de índices linguísticos próprios das verdades gerais e dos princípios deonticos, tais como o presente com valor atemporal; o *nós inclusivo*; o *se impessoal* ou ainda as construções passivas. É uma estratégia de legitimação discursiva e de validação argumentativa presente em sequências de argumentação categórica, não atenuada. Vejam-se os exemplos:

(16) Não podemos passar do oito ao oitenta. Mas também não podemos morrer, feitos uma Grécia, amarrados a um oito irrealista e, pior que tudo, ruinoso e insustentável.

(17) Não se pode partir do princípio que os deputados são tão incompetentes ou tão distraídos que quiseram dizer uma coisa e não a disseram! E a interpretação de uma lei não pode ser feita com base numa presumível vontade do legislador que não tem sustentação na sua letra.

(18) Não se pode, repetidamente, dizer que se queria dizer outra coisa diferente do que se disse, ou que se foi mal interpretado, ou... ou...

(19) Os quatro Estados mais poderosos da UE, depois dela - Itália, Espanha, Reino Unido e França -, obviamente não podem ser tratados pela Alemanha, cada vez mais enfraquecida, nem pelas instituições europeias, sem qualquer visão estratégica,

1.3.1.2 Quando o *poder* de valor deôntico ocorre no imperfeito do indicativo, aplica-se o que registámos acima para o caso do *dever* deôntico (ver acima, apartado 1.2.1.2), sendo que encontramos uma especialização semântico-pragmática das sequências enquanto atos ilocutórios de censura.

(20) (...) simpática burguesia, confortada na segurança de um futuro ordeiro e linear não é a mesma que, em Portugal, nasceu do 25 de Abril e viveu posta em sossego até há bem pouco tempo. Não é mas bem podia ser.

(21) O próprio Parlamento Europeu bem podia pedir contas à Comissão, quanto às medidas que toma.

### 1.3.2 O PODER EPISTÉMICO

À semelhança do que foi visto acima para o verbo *dever*, como marcador de modalização epistémica, também o *poder* funciona muitas vezes como um botão que permite regular o grau de certeza e, logo, comprometimento e responsabilização, que o enunciador põe naquilo que diz. Nessa medida, surge em muitos dos seus usos como uma estratégia de distanciamento enunciativo e de atenuação da força da asserção:

(22) (...) Porque a Grécia é um caso muito sério e pode ter consequências imprevisíveis para o euro e para o projeto europeu.

(23) (...) Coisas que, sublinhe-se, não serão suficientes para condenar ninguém, em outro foro; mas já o poderão ser para dificultar ou impedir o exercício de um cargo político de topo.

(24) O universo árabe, que parecia ter entrado numa “primavera democrática”, afinal está a ser submerso em guerras religiosas que podem tornar-se graves...

(25) (...) A primeira tem a ver com o efeito dessa ajuda, que será essencial para aliviar as pressões “especulativas” que incidem sobre vários membros da Zona Euro, como poderá muito bem ser o caso de Portugal.

Em jeito de conclusão parcial, podemos afirmar que, tal como dissemos acima, estes operadores de modalização *parecer*, *dever* e *poder* funcionam como verdadeiras agulhetas que permitem fazer ajustamentos constantes no comprometimento do enunciador face ao seu enunciado e na interpelação do enunciatário. É graças a um manuseamento subtil destes movimentos argumentativos que o texto de opinião atinge o seu fim perlocutório de conquistar a adesão do leitor e de o mobilizar a agir em conformidade com as intenções do locutor.

## 2. AUSTERIDADE EM TEXTOS HUMORÍSTICOS: QUE MODALIZAÇÃO?

Na segunda parte do presente trabalho, centramo-nos exclusivamente em textos humorísticos e localizamos e analisamos o lexema “austeridade”, tentando assim alargar o campo da pesquisa, que começou pelo estudo de ocorrências do lexema “troika” (Pinto & Duarte, 2013). O nosso objetivo foi verificar como os mecanismos desencadeadores de humor estão ao serviço de uma atitude de modalização ou de distanciação do sujeito enunciador perante os estados de coisas que os textos referem, equivalente a outros mecanismos de distanciação típicos de textos de imprensa (Oliveira & Bessa 2007).

O *corpus* 2 utilizado foi construído *ad hoc* e é constituído por sessenta e quatro crónicas de Ricardo Araújo Pereira na revista *Visão*, recolhidas entre 19 de maio de 2011 e 27 de setembro de 2012, num total de trinta ocorrências presentes em oito crónicas e sessenta e quatro

*cartoons* de Luís Afonso da rubrica “Sociedade Anónima”, publicados no *Jornal de Negócios*, desde 6 de julho de 2012 até 4 de outubro do mesmo ano, dos quais seis contêm a palavra “austeridade”.

Contrariando os resultados do primeiro estudo realizado, já encontramos, no segundo semestre de 2012, casos de humor desencadeado por jogos linguísticos que envolvem a palavra *troika*, por exemplo, na página do Facebook de t-shirts “destroika.me”, em dizeres que parodiam expressões fixas e jogam com a semelhança entre “troika” e “troca” ou “tranca”, como em “troikas-me as voltas”, “casa roubada, Troikas à porta”, “Troika o Passos”, “Troika Tintas”, “A encher os bolsos desde mil novecentos e troika o passos”, que, mesmo sendo muito sugestivas, não é agora a ocasião de estudar.

Se o lexema *troika* não era desencadeador de humor, nos textos analisados para o artigo já referido, e se também detetamos então muito poucas ocorrências de humor provocado mesmo por enunciados em que ele se encontrava presente, não sucede o mesmo com *austeridade*, pois certos usos deste lexema desencadeiam humor. Quer isto dizer: o lexema *troika*, se excetuarmos os usos marginais mais recentes identificados atrás, surgia-nos em contextos em que o alvo do humor não era, quase nunca, a própria *troika*, mas um outro qualquer aspeto da nossa realidade, como no *cartoon* que se segue. Nele, o objeto de humor é sobretudo o facto de a sugestão do Primeiro Ministro para que os portugueses emigrem ter ultrapassado, em dureza, as exigências da *troika* a propósito da necessidade de mobilidade para os funcionários públicos.



Não é este tipo de funcionamento discursivo que existe nos textos humorísticos em estudo, se tomarmos para objeto de análise a palavra *austeridade*. Nas crónicas de Ricardo Araújo Pereira estudadas, em sete das trinta ocorrências elencadas, o lexema *austeridade* faz parte de uma colocação - “medidas de austeridade”-, também presente em quatro *cartoons* de Luís Afonso e esta colocação pode, por ser muito repetida, estar em vias de se transformar numa “fórmula”, se tivermos em conta a explicação de Krieg-Planque, segundo quem as fórmulas seriam: «ensembles de formulations qui, du fait de leur emploi à un moment donné et dans un espace public donné, cristallisent des enjeux politiques et sociaux que ces expressions contribuent dans le même temps à construire» (2009, 7).

Passaremos em revista, rapidamente, os vários mecanismos linguísticos que concorrem para a criação do humor nos casos em apreço. São as medidas concretas de austeridade tomadas pelo governo que são maioritariamente referidas nos textos e não o conceito de austeridade em abstrato. O facto de (1) as políticas de austeridade serem poligeradas é ironicamente encarado e, nesta proliferação de fontes de austeridade, explorada para desencadear o humor e que cria um efeito de superlativação (comum, aliás, a outros mecanismos geradores de humor), se percebe uma atitude distanciada do enunciador em relação à entidade de que fala: tais medidas têm origem na *troika*, em Ângela Merkl, no próprio país, no anterior primeiro-ministro, no atual primeiro-ministro, no governo ou na própria austeridade.

Outros três traços das ocorrências concretas do lexema suscetíveis de provocarem humor, por não serem as propriedades que lhe são mais frequentemente atribuíveis, gerando também efeitos de superlativação são (2) **ser graduável**, sendo possível dizer “acrescentou algumas [medidas] da sua própria autoria, para tornar a austeridade um bocadinho mais austera” (21/07/11) ou “Governo, [...] achou que a [austeridade] da troika não era suficientemente austera” (19/01/12); e ainda (3) **ser variável em número, admitindo plural**: “nenhuma das austeridades anteriores deu efeito”. (19/01/12). Por fim, “austeridade” relaciona-se, etimologicamente, com o (4) **neologismo** inventado pelo autor “austerizar”, que significa tornar mais austero: “vai ser necessário austerizar ainda mais a austeridade” (19/01/12).

O lexema faz parte de um provérbio que Ricardo Araújo Pereira inventa (5) e “cita” entre aspas, atribuindo-o a um outro locutor, no caso referindo-se à ida do ex-Ministro Eduardo Catroga para a EDP: ““Austeridade no bolso dos outros para mim é refresco”, como diz o ditado” (19/01/12). Retirando à palavra o carácter técnico próprio da linguagem da Economia e tornando-a objeto de reflexões banais e quotidianas, o cronista inclui-a numa unidade fraseológica mais ou menos fixa presente, geralmente, em discursos coloquiais e familiares (6) - “A austeridade é como as cerejas” (5/7/12), explicando assim, de forma acessível e humorística, o que os economistas recentemente vieram lembrar (por exemplo, a Diretora Geral do FMI): austeridade gera austeridade.

“Austeridade” foi, em 2011, considerada a palavra do ano e sobre ela Ricardo Araújo Pereira faz várias reflexões irónicas, (7) algumas de carácter metalinguístico:

A minha preferência por uma palavra com menos sílabas e mais expressividade não se deve tanto à minha predilecção pelo escândalo, mas sim ao meu amor pela verdade. Escolher uma injúria ou um lamento menos erudito como palavra do ano de 2011 teria sido mais acertado até do ponto de vista filosófico. Nomear é dominar, como sabemos. Dar um nome às coisas é conhecê-las, e o conhecimento é poder. No entanto, chamar austeridade à austeridade não nos serve de nada. Não nos ajuda a conhecê-la nem a dominá-la. (19/01/12)

O facto de (8) a austeridade ser atribuído o traço [+ humano], sendo, por vezes, considerada AGENTE: “A culpa, como é evidente, não é da austeridade nem do governo. A austeridade foi muito competente e o governo previu bem.” (05/07/12); ou ALVO: “A culpa é do povo português, que tem sido austero com a austeridade” (05/07/12) é um outro mecanismo que provoca indiscutivelmente humor.

No caso dos *cartoons* de Luís Afonso, o cómico é gerado pela **desmetaforização** que decorre de uma **desfixação**, ou seja, pela consideração do valor literal de um dos lexemas de dada expressão nominal mais ou menos fixa, neste caso (5/03/2012) “selvagem” em “austeridade selvagem”; o humor decorre do fosso existente entre esse significado literal constituído pela soma do significado dos dois lexemas (austeridade + selvagem), explorado pelo autor no *cartoon* e



o sentido metafórico da “fórmula”, utilizado em enunciados ditos “sérios”, inferível pragmaticamente por qualquer falante e que teria sido usado pelo Ministro das Finanças no enunciado original que o repórter do *cartoon* relata.

Não vamos analisar em pormenor, por falta de tempo, o conjunto de conhecimentos partilhados que nos fazem reconhecer a “cena enunciativa” (Maingueneau, , 2008) como semelhante a uma reportagem da *National Geographic*, o funcionamento da fotografia por trás do boneco, como criando um falso espaço de “efeito de real” (Barthes, 1968), nem a “disjunção de isotopias” (Adão, 2008) como fonte do humor.



05/03/2012

O mesmo funcionamento de “desmetaforização” existe, por exemplo, no Grupo Nominal “fadiga de austeridade” (16/07/12), uma fórmula metafórica recente, no *cartoon* que apresentamos rapidamente a seguir, onde o lexema “fadiga” é tomado em sentido literal e não no metafórico. Seria possível dar inúmeros exemplos deste modo de gerar o cómico, jogando com o significado mais literal de um lexema e não com os sentidos metafóricos usados em certas fórmulas recentes, que os falantes facilmente inferem.



Estabelecendo uma ponte rápida com o terceiro vetor do tema deste encontro –Discurso, *Media* e Ensino -, o ensino, resta-nos sublinhar que a análise dos mecanismos linguísticos e discursivos envolvidos no humor é intrinsecamente motivadora, dado que tanto os fenómenos inferenciais quanto os materiais autênticos apresentados exigem esforço intelectual e são, também por isso, estimulantes. Aliás, o facto de o contexto extra-linguístico envolvido ser de crucial importância para explicar / compreender esses mecanismos discursivos é mais um fator de motivação: para os estudantes de Língua Materna, porque trabalharão com o contexto que real e quotidianamente os envolve e condiciona a produção dos respetivos enunciados; para os de Português Língua Não Materna, porque aprender uma língua estrangeira, hoje, é absolutamente inseparável de conhecer as circunstâncias históricas, culturais e sociais das gentes que a falam.

### 3. CONCLUSÃO

Analisamos, em resumo, aspetos da modalização linguística visíveis nas ocorrências dos verbos modais *poder*, *dever* e *parecer* e em mecanismos como a ironia, o humor e a derrisão, enquanto mecanismos linguísticos operadores de envolvimento e de distanciação enunciativa, por parte do sujeito enunciador, relativamente aos estados de coisas que critica.

Foi, assim, possível constatar que mecanismos de humor e ironia ocorrentes no uso do lexema “austeridade” em textos humorísticos e cartoons ensaiam o distanciamento enunciativo necessário ao sujeito-enunciador humorista na construção de uma visão crítica da realidade. Foi, ainda, possível verificar que mecanismos de modalização como os verbos modais *parecer*, *poder* e *dever* em artigos de opinião sobre a *troika*, a *austeridade* e a *crise* permitem a regulação da força ilocutória das asserções em que se inserem e a configuração de complexos ilocutórios assertivos-diretivos e diretivos-expressivos de censura, que se enquadram nos objetivos ilocutórios dos textos de opinião.

#### REFERÊNCIAS

- ADÃO, T. O lado sério do humor – uma perspectiva sociolinguística do discurso humorístico. s/l: editorial Novembro, 2008.
- ARAÚJO CARREIRA, M. H. Modalisation linguistique en situation d'interaction: proxémique verbale et modalités en portugais. Louvain/Paris, Editions Peeters, 1997.
- BERRENDONNER, A. Elements de pragmatique linguistique (Propositions). Paris: Éditions de Minuit, 1981.
- CAMPOS, M. H. C. Dever e Poder - um Subsistema Modal do Português. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.
- CHARAUDEAU, M.; MAINGUENEAU, D. Dicionário de Análise do Discurso. São Paulo: Contexto, 2004.
- CORBARI, A. T. Um estudo sobre os processos de modalização estabelecidos pelo par “é + adjetivo” em artigos de opinião publicados no jornal observatório da imprensa. Paraná: Unioeste, 2008.
- DUARTE, I. M. Titres journalistiques et dialogisme: la «une» du quotidien Público. In: CASANOVA HERRERO, E.; CALVO RIGUAL, C. (Org.) Actas del XXVI Congreso Internacional de Lingüística y de Filología Románicas. Berlín: Walter de GRUYTER, 2013, vol. VI. p. 441-450.
- FONSECA, F. I. Subjonctif et impératif. Une contribution à l'étude de la configuration linguistique du SOUHAIT, de l'ORDRE, du REGRET et du REPROCHE. In: Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Gerla e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português. Porto: Porto Editora, 1994. p. 29-36.
- FONSECA, J. “Elogio do Sucesso”: a força da palavra/ o poder do discurso. In: Linguística e texto/discurso: teoria, descrição, aplicação. Lisboa: ICALP, 1992. p. 315-374.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. L'énonciation de la subjectivité dans le langage. Paris: Armand Colin, 1980.
- \_\_\_\_\_. Les interactions verbales. Tome II, Paris, Armand Colin, 1992.
- \_\_\_\_\_. La modalité interrogative dans un type particulier d'interaction: Les débats présidentiels français (lecture). JADIS III, Porto: FLUP, 28 novembro 2013.
- KOCH, I. V. Argumentação e linguagem. 8ª ed, São Paulo: Cortez, 2002.

KRIEG-PLANQUE, A. La notion de « formule » en analyse du discours. Cadre théorique et méthodologique. PU de Franche-Comté, 2009.

MAINGUENEAU, D. Cenas da Enunciação. São Paulo: Parábola, 2008.

MEUNIER, A. Modalités et communication. In: *Langue française*, nº 21, 1974. p. 8-25.

NEVES, M. H. M. Texto e gramática. São Paulo: Contexto, 2006.

OLIVEIRA, T.; NEVES, J. Estratégias linguísticas de envolvimento e de distanciamento no discurso jornalístico. In: *Aprender - Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre*, nº 31, 2007. p. 49-55.

PARRET, H. Enunciação e pragmática. Campinas: UNICAMP, 1988.

PINTO, A. G.; DUARTE, I. M. A discursivização do conceito da Troika em artigos da imprensa escrita portuguesa: um espelho do que a Troika é para nós? In: SILVA, A. S. *et al.* (Orgs). *Comunicação Política e Económica: Dimensões cognitivas e discursivas*. Braga: Aletheia, 2013. p. 469-482.

PONTES, E. Verbos auxiliares em Português. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1973.

SEARLE, J. *Speech Acts. An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

VION, R. “Effacement énonciatif” et stratégies discursives. In: JOLY, A.; DE MATTIA, M. (Org.). *De la syntaxe à la narratologie énonciative*. Paris: Ophrys. p. 331-354.

